

Programa Partidário

(versão aprovada no III Congresso Nacional, sujeita a ajustes finais)¹

Brasília, 23 de Novembro de 2007

O PSDB e a democracia brasileira nasceram juntos. O PSDB foi fundado em junho de 1988. Em outubro o Brasil ganhou uma nova Constituição democrática. Os fundadores do PSDB, que estiveram na linha de frente da resistência à ditadura, uniram-se num novo partido para enfrentar dois desafios: afastar os riscos de inoperância política e crise econômica que rondavam a democracia; e fazer dela um instrumento efetivo para a construção do país com que sonhamos. Um sonho que é a soma de aspirações muito concretas: os brasileiros querem crescer, melhorar de vida, dar um futuro melhor a seus filhos. E querem fazê-lo em plena liberdade.

Nascido na oposição – “longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas” –, o PSDB participou do governo Itamar Franco e chegou à presidência com Fernando Henrique Cardoso em 1995, constituindo o núcleo de seu ministério e de sua base no Congresso. De volta à oposição no plano federal desde 2003, manteve-se à frente do governo de vários estados e centenas de municípios. E tem em seus quadros nomes fortes para a sucessão presidencial de 2010. Foi e continua a ser, desse modo, uma força decisiva para o funcionamento da democracia e a definição dos rumos do Brasil. No governo, o PSDB soube consolidar as instituições democráticas; na oposição, sabe zelar por elas e lutará sempre para que não se amesquinhem.

Conscientes dessa responsabilidade, reunimo-nos para repensar o passado e principalmente discutir os desafios futuros do país e do nosso partido. Este documento sintetiza os resultados dessa rica discussão, que se estendeu a várias cidades e envolveu centenas de membros do PSDB e especialistas filiados ou não ao partido.

Não se trata de um novo programa, mas sim de um manifesto que atualiza o programa de 1988. Esse permanece válido de uma maneira que nos orgulha. Nossos compromissos fundamentais com a democracia, a justiça, o

¹ A versão final deste documento será aprovada pela Comissão Executiva Nacional e publicada até o dia 5 de dezembro de 2007.

desenvolvimento e a soberania nacional continuam os mesmos, tanto no discurso como na ação efetiva. Mais importante, avançamos muito em relação aos objetivos a que nos propusemos de defesa da renda dos trabalhadores, combate à pobreza, universalização do acesso à escola, aos serviços de saúde e à seguridade, modernização do estado e estabilização da economia foram em grande parte alcançados. Mas é claro que há muito por fazer. Porque sempre há e porque alguns dos nossos compromissos essenciais foram sendo abandonados por aqueles que nos sucederam no governo federal.

Por isso mesmo – porque o Brasil mudou, e mudou em geral para melhor, em boa medida pela ação do PSDB – é tempo de renovar idéias sobre os nossos objetivos, os obstáculos que temos pela frente e como superá-los.

A agenda social-democrática prevaleceu

Cansamos de ser o eterno país do futuro! Graças ao esforço acumulado de várias gerações, o Brasil está perto de ingressar no rol das grandes nações. Seu embasamento histórico, seu povo, sua cultura, sua economia e a ação que desenvolve permitem aspirar a esse patamar. Isto nos abre novas possibilidades mas também responsabilidades inéditas, tanto fora como dentro de nossas fronteiras, onde persistem níveis de pobreza, desigualdade e violência que não condizem com nossas aspirações e nossa influência no mundo.

A corrida do desenvolvimento é uma maratona com obstáculos. Se nos detivermos no quanto falta para o país que queremos, parece que nunca vamos chegar lá. Para ganhar fôlego, é bom lembrar a distância já percorrida e não perder de vista as metas futuras.

Há um quarto de século, o Brasil era um país à deriva, com a economia estagnada, sem crédito internacional, sem perspectivas de desenvolvimento. E, o que é pior, com a política emperrada, sem liderança capaz de propor saídas do impasse. A inflação disparada desorganizava a vida das famílias, das empresas e do governo, corroía o valor dos rendimentos dos trabalhadores e aposentados, agravava a miséria e a desigualdade social. O estado, que no passado havia sido um fator preponderante de desenvolvimento, não se reorganizara para lidar com as novas realidades tecnológicas, comerciais e financeiras da globalização. Endividado, inoperante, convertera-se de solução

em problema, sugando a poupança privada do país sem dar em troca serviços e investimentos na quantidade e qualidade adequadas.

Os constituintes foram generosos na definição de direitos sociais mas irrealistas na previsão das condições econômicas, administrativas e financeiras que permitiriam ao estado e ao próprio país satisfazer esses direitos. A consequência foi que a crise inflacionária se agravou depois de 1988, devorou o final de mandato do presidente Sarney e foi o pano de fundo da derrocada do governo Collor, que culminou com o impeachment do presidente.

O Plano Real marcou o ponto de inflexão da degradingolada econômica e política que ameaçava levar de roldão a democracia recém-conquistada. Ele deu certo porque foi bem concebido, com sólida fundamentação técnica. Mas não teria sido implementado e depois consolidado, nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso, sem ousadia política. Foi preciso enfrentar o ceticismo, o fatalismo, o atraso, os esforços permanentes dos que buscavam desqualificar aquilo que foi, sim, uma verdadeira revolução: golpear a cultura da inflação e reinserir o Brasil no mercado mundial, reconstruindo suas perspectivas de desenvolvimento.

A liderança emergente do PSDB mudou a agenda política nacional depois de 1994. Não por capricho ideológico, mas porque entendeu que era preciso romper amarras econômicas que impediam o país de avançar na distribuição de renda e na justiça social. A nova agenda tem, por isso, uma marca claramente social-democrática. Mais mercado, mais inserção na economia global, sim. Mas sobretudo mais políticas públicas de combate à pobreza e às desigualdades; mais e melhores serviços sociais básicos com acesso universal (para todos)

A prioridade para o ensino fundamental tornou-se política de estado com a criação do Fundef e o Brasil pôde finalmente colocar todas as suas crianças na escola.

Promovemos forte expansão do ensino médio e do ensino superior e criamos o sistema de avaliação da educação brasileira, abrangendo todos os níveis de ensino.

O SUS saiu do papel com a descentralização de recursos para estados e municípios e chegou às casas mais pobres por meio dos agentes comunitários de saúde e dos profissionais do Programa Saúde da Família.

Derrubamos como nunca as taxas de mortalidade infantil. Introduzimos os genéricos para baixar o preço dos medicamentos e fizemos a melhor campanha anti-AIDS do mundo em desenvolvimento.

Enterramos o velho e ineficiente assistencialismo. No seu lugar, quadruplicamos a cobertura da assistência social para os idosos e incapacitados e implantamos os programas de transferência direta de renda para os mais pobres, depois rebatizados de bolsa-família.

Mudanças na legislação e o empenho do governo tiraram do limbo a reforma agrária, que em oito anos distribuiu terra a quase 500 mil famílias. Na esteira do Plano Real, foram criadas ou fortalecidas as instituições que dão sustentação à confiança na moeda nacional.

Os bancos estaduais, que serviam ao endividamento irresponsável de muitos governos, foram privatizados ou transformados em agências de fomento sem acesso a reservas bancárias.

A União reescalou as dívidas dos estados e principais municípios, que em contrapartida assumiram compromissos firmes de pagamento das dívidas e adotaram programas de ajuste fiscal.

O Banco Central ganhou autonomia operacional de fato.

Reformas difíceis mas necessárias permitiram conter o crescimento dos gastos com previdência e custeio da administração pública.

A farra do “gasta que o dinheiro aparece” deu lugar à Lei de Responsabilidade Fiscal, de 2000.

Do lado real da economia, a flexibilização dos monopólios e a privatização de empresas estatais possibilitaram a retomada em grande escala dos investimentos em setores estratégicos como telecomunicações, energia elétrica, petróleo, transportes, mineração e siderurgia.

Criaram-se as agências reguladoras para zelar pelo cumprimento dos contratos de concessão e o respeito aos direitos do consumidor pelas empresas privatizadas.

A dívida do setor agrícola foi reescalada e o BNDES mais que dobrou sua capacidade de financiamento para apoiar a modernização da indústria nacional.

Tudo isso aumentou a eficiência da economia brasileira, não tanto quanto é preciso, mas o suficiente para começar a enfrentar a competição dentro e fora de nossas fronteiras.

Essas são conquistas das quais nos orgulhamos porque não nos caíram do céu. Por elas lutamos dia a dia, anos a fio, contra a incompreensão e intransigência dos mesmos que hoje colhem seus frutos e posam de seus donos, sem por isso deixar de amaldiçoar nossa herança com palavras e, o que é pior, dilapidá-la com atos.

O PSDB não fez o que fez para consolidar um projeto de poder, mas para mudar o Brasil, tornando-o melhor para o conjunto dos brasileiros. E esse deve continuar a ser o nosso norte.

O país que queremos

Nenhum partido vive dos feitos passados. Vive do que realiza no presente e da visão de futuro que oferece. O PSDB é o melhor testemunho disso. Um partido como o nosso, que não dispõe de “máquinas” eleitorais movidas com dinheiro público nem se subordina ao imediatismo de interesses privados, tem como únicos trunfos sua visão de futuro e a confiança que inspira no povo em sua capacidade de transformar essa visão em realidade.

Nosso sonho não é diferente dos da maioria das brasileiras e brasileiros. Assim como eles, queremos coisas simples e concretas: um Brasil mais próspero e decente, respeitado fora, justo dentro de suas fronteiras. Um país onde todos possamos andar sem medo e não falte aos nossos filhos condições básicas de saúde e educação e oportunidades de trabalho para progredir com liberdade.

Não temos nem reivindicamos o monopólio das boas intenções. Se algo nos distingue de outros partidos, é a clareza da nossa compreensão dos meios para alcançar o bem comum e a firme disposição de enfrentar os obstáculos pelo caminho.

O maior obstáculo à construção do país que queremos ainda é o mesmo, apesar das mudanças inegáveis: a desigualdade.

O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto.

Duplamente injusto, na verdade. Injusto por causa da enorme distância que separa os mais pobres dos mais ricos. E injusto porque o estado, que deveria diminuir essa distância, não o faz ou faz menos do que deveria.

É verdade que a desigualdade e sua prima-irmã, a miséria, começaram a diminuir desde que livramos os trabalhadores e aposentados da superinflação que confiscava seus rendimentos e criamos políticas sociais para os mais pobres. Num país onde crescimento e concentração de renda sempre andaram de mãos dadas, essa é uma verdadeira revolução, que leva a marca inequívoca do PSDB. Revolução inacabada, porém.

A diminuição contínua da miséria e da desigualdade a partir do Plano Real é um sinal de que estamos no rumo certo. Contraprova disso é que nossos adversários, quando assumiram o governo, esqueceram as injúrias e bravatas do passado e mantiveram em linhas gerais nossas políticas de combate à pobreza e controle da inflação, embora com viés paternalista nas primeiras e erros típicos de aprendiz de feiticeiro nas segundas.

O Brasil começou a aprender a conjugar democracia com estabilidade econômica e distribuição de renda. Somado ao tamanho do nosso território, população e economia, isso nos dá uma posição de destaque entre os países emergentes do século XXI. Mas ainda não nos garante acesso ao grupo dos países desenvolvidos.

Se estar no rumo certo nos anima, a lentidão do avanço nos inquieta.

A inquietação aumenta quando vemos o país desperdiçar a oportunidade de uma conjuntura internacional como há muitas décadas não se apresentava tão favorável.

Nos últimos cinco anos o Brasil cresceu menos que a média do mundo, menos que todos os outros países da América Latina, exceto o Haiti, e muito menos que os demais países emergentes. Esse descompasso, resultado de erros da política macroeconômica, nos deixa em posição difícil diante da concorrência externa – e não há como ignorá-la no mundo globalizado.

Pior: o crescimento medíocre ao qual os atuais governantes se apegam como um grande êxito limita nossa capacidade de continuar combatendo a miséria e distribuindo renda de maneira sustentada. Porque, se crescer não implica necessariamente em fazer justiça social, a recíproca não é verdadeira: ainda não se viu país que tenha conseguido promover justiça social em larga escala com baixo crescimento econômico.

Temos pressa!, reclamam os trabalhadores e empresários, ansiosos para aumentar sua produção, lucros e salários.

Temos pressa!, gritam milhões de brasileiras e brasileiros ainda excluídos dos mínimos frutos do desenvolvimento e outros tantos jovens que esperam uma oportunidade de trabalho.

Acelerar o passo do desenvolvimento

Este é o próximo grande desafio do Brasil: acelerar a economia sem abrir mão da estabilidade, ampliando a distribuição de renda e reforçando a confiança na democracia.

Para ajudar a vencê-lo, não faltam ao PSDB dois requisitos fundamentais: competência para manejar com segurança os instrumentos modernos de política econômica e social; e determinação para levar adiante as mudanças necessárias para abrir cada vez mais o estado à participação e às demandas populares.

Saber que o Brasil está perto de subir de patamar entre as nações é um motivo adicional para darmos ao interesse nacional e popular o significado maiúsculo que lhe corresponde. Por ironia da história, isso acontece quando o país vive dias de improvisação, visão de curto prazo, aceitação de baixas expectativas, administração negligente e bazófilas autocentradas. Confunde-se

interesse popular com exaltação do vulgar e interesse nacional com retórica estatizante recheada de ufanismo pseudopatriótico.

Porque temos firmemente enraizado na formação do PSDB o sentido republicano dos limites entre interesse nacional e popular e interesses partidários ou pessoais, soubemos e saberemos aproveitar no governo os melhores talentos do serviço público, da universidade e do setor privado, independentemente de filiação partidária. Com eles desenhamos as políticas e reconfiguramos as instituições que hoje dão respaldo ao desenvolvimento do país. Com eles resgataremos a eficiência e a transparência da administração pública onde ela foi capturada pelo “aparelhamento” partidário, o clientelismo e a corrupção.

Porque entendemos que a defesa do interesse nacional e popular diante dos riscos e oportunidades da globalização requer outro tipo de estado, com mais inteligência e músculos do que massa burocrática, mais capaz de trabalhar em parceria com a sociedade do que acima e no lugar dela, retomaremos e levaremos adiante as difíceis tarefas de modernização do estado brasileiro. Com tranquilidade, dialogando e buscando consenso com os diferentes setores interessados do próprio estado e da sociedade. Mas sem recuo nem vacilação diante de quem teimar em sobrepor vantagens corporativas ao atendimento devido ao cidadão-contribuinte, principalmente os mais pobres e que mais necessitam da ação do estado.

Com esses princípios em mente, destacamos os temas e objetivos específicos que, na nossa visão, devem nortear a ação do PSDB nesta etapa da jornada do Brasil rumo à plena realização de suas potencialidades.

Desmontar a armadilha monetária e fiscal

Nuvens se acumulam no horizonte enquanto a economia brasileira parece voar em céu de brigadeiro, ainda que a baixa altitude. O PSDB, mais uma vez, deve estar preparado para a difícil tarefa de corrigir o curso da economia a fim de conduzi-la a uma trajetória de crescimento ao mesmo tempo ascendente e sustentável.

O atual governo recebeu um país com inflação baixa, patamar elevado de receitas tributárias e instrumentos efetivos de controle da despesa pública.

Ganhou dos céus uma conjuntura internacional como não se via há um século tão favorável e prolongada: liquidez abundante, juros internacionais baixos, preço das matérias primas favoráveis às exportações brasileiras. Em vez de aproveitar a oportunidade excepcional para reforçar as bases de crescimento do país, preferiu hipotecar o futuro à comodidade do presente.

Manteve juros desnecessariamente elevados e o câmbio excepcionalmente apreciado, para alegria dos especuladores e sofrimento da indústria e da agricultura nacionais.

Deixou os gastos correntes do governo federal correr soltos, engolindo o aumento da carga tributária e a margem de recursos públicos para investimento.

Transferiu para estados, municípios e empresas estatais o esforço de geração de superávits primários que rendem aplausos do setor financeiro, mas não pagam o total dos juros da dívida pública. Esta aumentou R\$ 240 bilhões nos últimos cinco anos, alimentada pelos déficits do governo federal, que somaram R\$ 296 bilhões no mesmo período.

Absteve-se de arbitrar os impasses entre seus ministros e dirigentes, como no caso do licenciamento ambiental de usinas hidrelétricas.

Submeteu as agências reguladoras a uma mistura de estatismo, empreguismo e incompetência que afugentou os investimentos privados em infra-estrutura.

Prepara desse modo a herança – esta, sim, maldita – com a qual o Brasil terá de se haver nos próximos anos.

Não há fórmulas mágicas para afrouxar os nós que amarram o crescimento do país.

Antes de mais nada, será preciso atuar com firmeza e competência, coordenadamente, nas duas pontas soltas da despesa pública, os gastos correntes e os juros. Sem atropelo, respeitando direitos e contratos. Mas sem complacência diante de desperdícios e benesses injustificáveis às custas do contribuinte. E sem esquecer que juros também são despesa – o maior item da despesa pública do Brasil.

A redução dos gastos correntes e dos juros permitirá conter o aumento da carga tributária, fazer face a investimentos públicos inadiáveis, baratear nossas exportações e acelerar o crescimento da indústria, agricultura e serviços.

Mesmo assim, o estado sozinho não terá recursos para eliminar os gargalos de infra-estrutura. Será preciso recorrer ao investimento privado, afastando a retórica estatizante e a confusão regulatória que o afugentaram nos últimos anos.

Mais governo e mais mercado

O PSDB não é privatista nem estatista. É um partido autenticamente nacionalista e moderno, que confia na capacidade do Brasil de traçar e seguir seu próprio rumo no meio das incertezas do mundo globalizado.

Para nós, nenhuma corporação estatal ou privada pode se arrogar o monopólio do interesse nacional e popular. Tampouco deve ser discriminada só por ser privada ou estatal. O Brasil precisa dos dois para dar a arrancada de desenvolvimento que queremos: mais governo e mais mercado. Governo melhor e mercado mais equânime. Mais governo para quem precisa do governo e mais mercado para o conjunto das ações empresariais.

Apoiamos as privatizações no passado porque sem o aporte de capitais e métodos de gestão privados seria impossível expandir as indústrias petroquímica, aeronáutica, siderúrgica, a mineração e os serviços de telefonia e energia elétrica. Os bons resultados dessa opção para o país provam que estávamos certos. Hoje as antigas empresas estatais em geral empregam e produzem muito mais e recolhem muito mais impostos e dividendos aos cofres públicos do que quando eram supostamente “patrimônio nacional”.

Da mesma forma, promovemos o saneamento financeiro e a maior profissionalização da gestão de empresas estatais para que elas pudessem ganhar eficiência e corresponder às necessidades do país.

Nossos adversários andaram na contra-mão do interesse nacional em ambos os casos. Fizeram muito pouco, muito tarde em matéria de parcerias

com a iniciativa privada. E ultrapassaram todos os limites de prudência e decência no loteamento político das empresas estatais e agências reguladoras, com graves prejuízos para o público que demanda seus produtos e serviços.

O PSDB jamais tratou empresas públicas como se fossem privadas, isto é, como se existissem para servir ao partido. Ao contrário, trabalhamos para que as empresas privadas, com regras claras, atendam ao interesse público, trazendo prosperidade ao país e satisfação ao consumidor-cidadão.

Caberá a nós virar esta página de atraso. Nunca mais “mensalões” irrigados com dinheiro de empresas estatais. Nunca mais “apagões” gerenciais causados pela substituição de profissionais competentes por apadrinhados políticos. Nunca mais os fins últimos do partido justificando o uso de meios ilícitos por seus militantes. Nunca mais a privatização do que é público por ambições pessoais e grupais travestidas de interesse popular.

Faremos o que precisa ser feito para reforçar a ação do estado e da empresa privada na recuperação de rodovias, modernização de portos e aeroportos, geração e distribuição de energia, saneamento e outros investimentos vitais. Sem medo de rótulos ideológicos, entendendo que o interesse nacional exige tanto governos ativos e responsáveis como a mobilização em grande escala de capitais privados nessa tarefa.

Um lugar ao sol na nova divisão internacional do trabalho

O crescimento econômico não é um fim em si mesmo. É um meio de fazer justiça social.

Não é qualquer modelo de crescimento que interessa ao Brasil e aos brasileiros, mas um que aproveite as vantagens do nosso vasto mercado interno e garanta às nossas empresas e trabalhadores um lugar ao sol na nova divisão internacional do trabalho. Lugar ao sol para todos. Não só para as grandes empresas e os profissionais mais qualificados, mas também para as pequenas empresas e os trabalhadores em busca de maior qualificação.

A emergência da China no comércio internacional criou um novo desafio para o Brasil. Por um lado, favoreceu nosso crescimento recente, aumentando a quantidade e o valor das nossas exportações de matérias-primas

e alimentos. Por outro lado, submeteu nossas manufaturas a uma concorrência desigual, tanto no mercado externo como no interno. A dificuldade se agrava com a valorização do real devido aos superávits acumulados na nossa balança comercial e à entrada de capitais especulativos atraídos pelas altas taxas de juros.

O risco que o Brasil corre nesse quadro é voltar atrás um século, à condição de exportador de produtos primários. Com a diferença de que há um século tínhamos uma população de apenas 17,4 milhões, dos quais 70% vivendo e trabalhando no campo (segundo projeções do IBGE). Hoje somos 183,9 milhões vivendo nas cidades e precisando de emprego na indústria e nos serviços.

Não podemos abrir mão da vocação industrial que o país afirmou a duras penas nestes cem anos. Para mantê-la e reforçá-la, além de desmontar a armadilha das políticas monetária e fiscal, devemos concentrar esforços naquilo que faz a diferença dos países bem sucedidos no mundo de hoje.

Temos que garantir às nossas crianças e jovens, antes de tudo, ensino básico completo, que os prepare realmente para aproveitar as oportunidades da economia da informação. Colocar todas as crianças na escola, como fizemos há dez anos, foi só o começo. É preciso garantir que elas permaneçam na escola e completem a educação básica. A principal causa da evasão escolar é a má qualidade do ensino. Vamos completar a revolução educacional promovendo um salto definitivo na qualidade do ensino básico, especialmente nas escolas públicas. Para isso mobilizaremos a criatividade dos educadores e os recursos materiais necessários. Falhar nessa tarefa seria condenar o país ao atraso e nossos filhos e netos a um futuro sombrio, sem emprego ou com empregos ruins e mal remunerados.

Precisamos identificar e ocupar nichos nos quais nossa produção manufatureira de alto valor agregado possa concorrer com vantagens no mercado internacional. Em vez de temer as novas condições criadas pela enorme expansão da produção e do consumo da China, Índia e demais economias emergentes, preparemo-nos para aproveitar as oportunidades que esse processo abre para a economia brasileira.

Reforçaremos a mola do desenvolvimento que é a capacidade de inovação de produtos e métodos de produção e comercialização. Isso implica

apoio sustentado e crescente às instituições de pesquisa e de formação tecnológica, combinando recursos públicos e privados e mobilizando o poder de compra do Estado, como fazem os países desenvolvidos. Não por acaso estes lutaram tanto para manter o apoio à ciência e à tecnologia fora das regras que restringem subsídios nos acordos da OMC. O Brasil pode e deve utilizar com maior intensidade essa brecha da legislação internacional.

Promoveremos uma política industrial que apóie as atividades de ponta, que agregam valor aos produtos. Apoiando, ao mesmo tempo, indústrias tradicionais para que ganhem eficiência e competitividade e continuem a empregar muitos trabalhadores. No mundo contemporâneo não existe modernização sem competição e igualdade de oportunidades.

Estimularemos os serviços que utilizam as modernas tecnologias de informação e comunicação, porque são grandes ofertantes de empregos de qualidade e bem remunerados.

Para fazer o mercado funcionar melhor, não basta torná-lo mais previsível para os grandes. É preciso fazê-lo mais inclusivo. A democratização do capitalismo no Brasil passa pela incorporação de um maior número de pessoas e empresas ao setor formal da economia. Por isso lutamos pela redução da carga tributária agregada e daquela que incide sobre a força de trabalho, além da simplificação da burocracia sobre as pequenas empresas. A criação do Simples (1996) e do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (2006) foi fruto dessa luta. Continuaremos lutando por um estado que pese menos sobre os pequenos empreendedores e os apóie mais com crédito, assistência técnica e facilidades de acesso aos mercados.

Hoje, mais de metade dos trabalhadores brasileiros não tem proteção social adequada. Defenderemos mudanças na legislação trabalhista e previdenciária a fim de torná-la mais equânime, garantindo proteção a todos os trabalhadores, inclusive os que hoje estão na informalidade.

Tudo isso requer mais governo, não menos. Governo, porém, com aquilo que hoje falta: clareza de objetivos, visão de longo prazo, avaliação estratégica realista das oportunidades e riscos do país, disposição de enfrentar interesses corporativos, sejam quais forem, capacidade de coordenar ações dos órgãos públicos entre si, com a empresa privada e a sociedade. Governo, em

suma, para trabalhar ao lado e a favor dos empreendedores, em vez de atrapalhá-los.

A posição do Brasil no mundo

No mundo de hoje não há amigos nem inimigos permanentes. Há interesses mutáveis, muitas vezes contraditórios. Vimos que a China tende a se tornar ao mesmo tempo nosso principal cliente e o mais temível concorrente no comércio internacional.

Continuar pensando a posição do Brasil no mundo em termos de divisões fixas, como Norte-Sul, só pode levar a erro. Nosso interesse nacional requer uma estratégia de geometria variável.

Interessa-nos manter as fortes ligações que temos com os países mais adiantados da Europa, das Américas e da Ásia, porque eles são fonte da tecnologia mais avançada de que precisamos, os principais compradores dos manufaturados que exportamos e parceiros dos nossos serviços mais eficientes.

Ao mesmo tempo, temos muito a ganhar ampliando nosso intercâmbio com as potências emergentes como China, Índia e África do Sul, sem negligenciar nossos parceiros na América do Sul e outros países menos desenvolvidos, alguns deles financeiramente bem situados, como os países petrolíferos.

Tudo isso, sem subordinar nossa política externa a uma visão “anti” – anti-globalização, anti-americana, anti-seja quem for que não represente uma ameaça efetiva à paz mundial.

Como um país moderno que se insere na ordem global sem subordinações, não podemos negar nossa responsabilidade e nosso interesse nos temas globais: a paz, a ampliação do comércio e dos tratados multi e bilaterais que o beneficiem, o combate ao crime organizado (principalmente de drogas), a preservação do meio ambiente e as grandes questões energéticas.

Temos interesse direto na ampliação do leque das fontes de energia do mundo, incluindo o etanol. Ao mesmo tempo, participamos do interesse

universal na regulação do uso da água e nas respostas à ameaça do aquecimento global.

O fato de os países mais desenvolvidos terem sido os grandes responsáveis pelos danos ao meio ambiente e pelo aquecimento global não nos exime de participar conscientemente dos esforços para reverter esses processos.

No Brasil, a emissão de gases de efeito estufa decorre essencialmente da queima de florestas. Isso é um prejuízo para o planeta e para o próprio Brasil. Salvar da destruição a preciosa biodiversidade da Amazônia e da Mata Atlântica é uma questão de interesse nacional tanto quanto global. Vamos tratá-la com ações bem planejadas e coordenadas e não com retórica, como hoje faz o governo federal.

O PSDB apoiará a participação do Brasil em acordos internacionais que visem reduzir o risco do aquecimento global e lidar com suas conseqüências. E trabalhará internamente pelo desmatamento-zero – a redução drástica da derrubada e queima de florestas –, aplicando toda a força da lei contra os predadores.

Educação e emprego para os jovens

Acabar com a miséria e diminuir a desigualdade no Brasil são os objetivos que estão no âmago do programa do PSDB e no coração de seus militantes.

Programas de transferência direta de renda são importantes para aliviar a pobreza. Por isso criamos a bolsa-escola, a bolsa-alimentação, o vale-gas, hoje englobados na bolsa-família. Sabemos, porém, que esses programas não bastam para tirar as pessoas da pobreza, principalmente quando não se combinam a outras políticas que ajudem as pessoas a caminhar com as próprias pernas.

Duas coisas são fundamentais para isso: educação de qualidade e oportunidades de trabalho.

O atual governo passou cinco anos dando voltas na área da educação. Primeiro elegeu a educação de jovens e adultos como prioridade, depois o ensino superior. Agora parece ter finalmente encontrado o rumo, quando diz que o ensino básico passa a ser prioritário. Este foi sempre o foco do programa e das políticas do PSDB na área educacional, porque entendemos que não se pode construir uma casa sólida sem cuidar dos seus alicerces.

Foi o PSDB no governo que colocou todas as crianças do Brasil na escola. Falta estender esse direito aos jovens de 15 a 17 anos. A matrícula no ensino médio, que havia mais do que triplicado entre 1995 e 2002, estagnou desde 2003 e aumentou a proporção de jovens fora da escola. Para garantir que todos concluam o ensino básico, é preciso melhorar a qualidade do ensino desde a pré-escola. Vamos rever as formas de gestão escolar e promover a valorização dos professores e demais profissionais da educação, estimulando o bom desempenho e o atingimento de metas de qualidade.

O ensino pós-médio deve se estruturar para oferecer oportunidades de educação a todos, ao longo de toda a vida. A oferta nesse nível deve ser ampla, diversificada, flexível no acesso e nas formas de organização, incluindo o ensino à distância. A formação profissional deve ser complementar à educação básica e permanentemente atualizada para acompanhar as mudanças tecnológicas e do mercado de trabalho.

Em vez de programas paternalistas que subsidiam empresas mas não abrem realmente as portas do mercado de trabalho para os jovens, daremos ênfase ao aumento das oportunidades que virá com a aceleração do crescimento econômico promovida pelas políticas já mencionadas. E multiplicaremos as parcerias entre os três níveis de governo e a sociedade civil em iniciativas de desenvolvimento local em áreas deprimidas, tanto das grandes cidades como do interior.

A miséria e a desigualdade começaram a recuar no país como um todo mas se agravaram nas principais regiões metropolitanas. A emigração de indústrias deixou um rastro de desemprego e queda da renda nessas áreas. A isso se somam os enormes déficits de moradia, infra-estrutura e serviços públicos acumulados pelo crescimento urbano explosivo no século passado. O resultado é um quadro dramático de mal-estar social, que representa o maior de todos os desafios para o desenvolvimento do Brasil na atualidade.

Reverter esse quadro supõe esforços combinados em duas frentes. É preciso reinventar a vocação econômica das regiões metropolitanas com base nos serviços modernos, mais do que na indústria. E é preciso investir mais e melhor em infra-estrutura e serviços públicos para melhorar a qualidade de vida e o ambiente de negócios.

O PSDB entende que a resposta a esse duplo desafio passa pela construção de novas instituições de governança metropolitana, com apoio da União, coordenação dos estados, parceria das prefeituras municipais e ampla participação da sociedade civil. Instituições que ampliem a capacidade das regiões metropolitanas de planejar seu próprio futuro a médio e longo prazo e de articular ações dos três níveis de governo para tirar os planos do papel.

Segurança com igualdade

A nação é mais que o estado e o mercado; é comunidade de valores. Uma nação democrática tira sua força da coesão de seus cidadãos em torno dos valores da liberdade, da justiça, do trabalho, da participação responsável nas decisões que dizem respeito ao bem comum.

Hoje o coração das brasileiras e brasileiros está pesado. A violência, a corrupção e a impunidade nos chocam e abalam a confiança nos nossos valores comuns, nos nossos vizinhos, em nós mesmos.

O mal, na política brasileira, vem sendo banalizado. Hoje temos eleições mas falta aquilo que é a seiva da democracia: a crença no valor absoluto da lei e na igualdade de todos perante ela.

Cabe ao PSDB empunhar firmemente esta bandeira, fazendo da defesa da lei e, muito concretamente, da segurança das pessoas um objetivo fundamental de suas políticas, junto com o desenvolvimento e o emprego.

Não é só por uma questão de princípio que exigimos decência na vida pública e cobramos punição de todos os que violam a lei, não importa se usando um revólver ou a caneta de um cargo público. É porque sem isso o Brasil jamais será capaz de dar oportunidades iguais a todos os seus filhos. Sem isso, até mesmo os esforços em prol da igualdade, contra a miséria, se desvirtuam em mero clientelismo eleitoral.

A corrupção impune de autoridades públicas, o tráfico de drogas e armas e o desrespeito generalizado às leis se entrelaçam num “sistema” perverso, cujo produto final é a falta de segurança das pessoas.

O Brasil clama por políticas que ataquem simultaneamente a oferta e a demanda do ilícito, as causas profundas e os sintomas da insegurança. Governos estaduais do PSDB têm mostrado que é possível diminuir a violência e impedir que bandos criminosos tomem o lugar da autoridade pública em pedaços do território nacional. Muito pode ser feito, e tem sido, sem fórmulas mirabolantes, mas com valorização do bom trabalho policial, investimentos em tecnologia, equipamento, inteligência, gestão competente das polícias e ações integradas de prevenção e repressão em áreas críticas, envolvendo as prefeituras e comunidades locais. Sabemos diferenciar dureza contra o crime da violação de direitos individuais. Trabalharemos para multiplicar as experiências locais bem sucedidas e retomar a construção, abandonada na prática nos últimos anos, de um sistema que integre as forças de segurança dos três níveis de governo no combate ao crime organizado em suas ramificações nacionais e internacionais.

A lentidão da Justiça desmoraliza a lei e concorre para a impunidade. Impulsionaremos mudanças das regras processuais e estruturas administrativas para tornar a Justiça guardiã efetiva dos direitos de todos os cidadãos e aproximá-la dos mais necessitados.

Somadas, a insegurança das pessoas, a ineficiência dos serviços públicos e a distância entre o povo e seus representantes eleitos formam uma mistura ameaçadora para a democracia.

O PSDB tem história de luta pela justiça social. É ela que torna efetiva a democracia. Mas jamais seremos coniventes com quem pretende fazer do banditismo uma espécie de resposta política às demandas da sociedade. Os brasileiros têm direito a segurança com justiça, no campo assim como nas cidades.

Nossa luta contra a insegurança começa por um pacto do PSDB consigo mesmo: tolerância-zero com a corrupção e outras formas de desrespeito à lei dentro do próprio partido.

Este é nosso compromisso número um porque é a condição para que os demais compromissos tenham sentido para o povo.

Aperfeiçoar a democracia

A democracia é um valor fundamental para o PSDB. Um valor e um ideal que motiva e orienta nossa atuação como partido político.

Preocupado em aperfeiçoar a democracia, o PSDB nasceu parlamentarista. Continuamos parlamentaristas, embora reconhecendo que o parlamentarismo não está na ordem do dia desde que o plebiscito de 1993 manteve o presidencialismo.

Não nos conformamos, porém, com os traços anti-democráticos que o presidencialismo assumiu nas mãos de nossos adversários: desmoralização do Congresso, desorganização dos partidos, concentração de poderes formais e informais no Executivo. Tudo isso desilude o eleitor, semeia a instabilidade política e cria o risco da volta de pseudo-soluções autoritárias, como se observa em países vizinhos.

Apesar de sermos parlamentaristas, acreditamos que é possível melhorar o presidencialismo brasileiro. Para isso, buscaremos consenso na sociedade e nos partidos a fim de substituir três peças gravemente defeituosas do nosso sistema político: as eleições proporcionais com lista aberta e o uso abusivo de medidas provisórias e dos chamados “cargos de confiança” pelo Executivo.

Pela distritalização do voto

O sistema de eleições proporcionais com lista aberta enfraquece os partidos e, o que é pior, cria distância crescente entre o eleitor e seus representantes – vereadores, deputados estaduais e federais.

Faz das eleições uma corrida desesperada entre candidatos de um mesmo partido, em vez de uma competição entre partidos com propostas diferentes.

Deixa a maioria dos eleitores, principalmente nos grandes colégios, sem saber quem é afinal o “seu” representante, porque vota num candidato e acaba ajudando a eleger outro, às vezes de outro partido.

Desse modo, não facilita a criação de vínculos de responsabilidade entre representantes e representados.

Gera, em vez disso, dependência dos candidatos em relação aos “grandes eleitores” – empresas, sindicatos, igrejas, grupos econômicos ou políticos capazes de financiar, direta ou indiretamente, legal ou ilegalmente, campanhas cada vez mais caras.

O sistema proporcional com lista fechada ou preordenada, em que o eleitor vota somente no partido, e não num candidato, acabaria com alguns desses problemas mas criaria outro: a possibilidade de manipulação das eleições por cúpulas partidárias com controle sobre as convenções que decidiriam a ordem dos candidatos na lista, logo suas chances de eleição.

Por tudo isso, o debate interno do PSDB tem apontado para diferentes alternativas de distritalização do voto:

- o sistema distrital majoritário, em que cada distrito elege um representante;
- o sistema distrital misto, em que metade dos representantes é eleita por distritos majoritários e metade por lista partidária;
- um sistema proporcional semelhante ao atual, mas com a subdivisão dos estados em colégios eleitorais menores, com em torno de quatro representantes cada.

Qualquer dessas alternativas é preferível ao sistema proporcional vigente, porque ancora a representação política num local determinado, seja ele uma grande cidade ou um grupo de municípios. Desse modo, encurta a distância entre representantes e representados. E leva os partidos a se enraizarem por todo o país, fortalecendo-se sem se subjugar a caciques ou “máquinas” partidárias.

Medidas provisórias sem abuso

As distorções do sistema eleitoral fragilizam as instituições democráticas pela base. O uso abusivo das medidas provisórias e dos “cargos de confiança” as golpeiam de cima para baixo.

Uma emenda constitucional de iniciativa do próprio Congresso, promulgada em 2001, destinada a disciplinar melhor o uso de medidas provisórias, teve efeito contrário. Deu ao Executivo controle praticamente absoluto da pauta do Legislativo, trancando-a e destrancando-a à sua vontade. As distorções se agravaram com o viés autoritário do atual governo e a cumplicidade de sua base parlamentar.

Acabou praticamente o debate público de medidas provisórias, porque as comissões para examiná-las não se instalam e os relatores de plenário são indicados na última hora.

Também acabou praticamente a razão de ser histórica do Legislativo, que é o poder de autorizar previamente a cobrança de impostos e realização de despesas pelo Executivo. Virou rotina a edição de medidas provisórias abrindo créditos extraordinários que nada têm de extraordinários – não se destinam a atender situações de emergência, como prevê a Constituição, mas sim a despesas regulares. O Congresso as aprova assim mesmo. Se não aprovasse, daria no mesmo, porque os recursos já foram gastos e as despesas ficam convalidadas se um decreto legislativo não dispuser o contrário no prazo de sessenta dias.

Virou rotina, além disso, a edição de medidas provisórias de relevância duvidosa e urgência claramente inexistente.

Diante desses abusos gravíssimos, o PSDB defenderá mudanças no procedimento de apreciação de medidas provisórias em geral, para que sejam liminarmente rejeitadas em caso de falta de urgência, obrigatoriamente votadas em comissão antes de ir a plenário e não obstruam a pauta legislativa.

Profissionalizar o serviço público

Na democracia, os governos passam e as estruturas do estado ficam. Governos são eleitos para cumprir programas respaldados por maiorias eleitorais temporárias. A máquina do estado deve dar meios ao governo para

cumprir seu programa. Não pode virar butim repartido entre os partidários do governo de turno e seus aliados a fim de se eternizarem no poder.

A democracia requer profissionalização da burocracia pública. O PSDB lutará para diminuir drasticamente o número de “cargos de confiança” e estabelecer regras claras para o seu preenchimento, a fim de que não virem instrumento de barganha política.

Serviços públicos de qualidade dependem, além disso, de servidores bem treinados e com seu desempenho permanente avaliado. A avaliação objetiva é fundamental, tanto para premiar a competência e eficiência quanto, no limite, afastar os funcionários comprovadamente ineptos.

Numa vasta federação, como é o Brasil, serviços de qualidade dependem também da adequada descentralização dos recursos e atribuições, incluindo mecanismos de controle que evitem desvios e desperdícios sem burocratizar excessivamente a execução das despesas. Isto é fundamental para melhorar a gestão compartilhada dos três níveis de governo em áreas como educação, saúde e segurança pública

Profissionalização, treinamento e avaliação permanente dos servidores públicos e avanços na descentralização dos serviços são objetivos fundamentais do PSDB, para que o estado viabilize as políticas dos governos e sirva permanentemente à nação na busca de mais prosperidade e igualdade.

Enraizar o PSDB na sociedade

Conhecer o país e propor soluções para os seus problemas é meio caminho andado mas não é o caminho inteiro.

A grande novidade política do Brasil nestes vinte anos é a entrada em cena de um personagem: o cidadão informado. Este não quer soluções apenas. Quer participação.

Por convictos que estejamos da pertinência das nossas propostas, devemos reconhecer que a interlocução do PSDB com a sociedade ficou aquém do que propunham nossos fundadores e do que se mostra necessário. Nossos canais de diálogo com diferentes setores da sociedade e com os

cidadãos em geral são injustificadamente estreitos. Temas que afetam intensamente o cotidiano das pessoas e animam movimentos sociais, como as questões de gênero e raça, drogas e violência, os direitos das minorias, repercutem pouco dentro do nosso partido. Ficamos desatentos à riqueza de manifestações culturais do povo brasileiro, com sua imensa capacidade de afirmar valores e identidades e gerar coesão social. Que atenção demos, por exemplo, aos movimentos (sobretudo musicais) dos jovens na periferia das grandes cidades? Muito pouca, até agora.

O momento em que nos dedicamos a renovar idéias deve ser também a oportunidade de reconhecer essa deficiência e tratar de corrigi-la em nossa organização e nas nossas práticas partidárias.

Se temos propostas novas e relevantes, é hora de testá-las no debate com os interessados, ouvir o que eles têm a dizer, submeter-nos ao crivo da sua experiência, que em conjunto será sempre mais ampla e rica do que a nossa.

Meios para isso não faltam: a rede de diretórios do partido, seu instituto de estudos, núcleos temáticos que podem ser criados fora da estrutura dos diretórios, fóruns e listas de discussão na Internet. Trata-se de usar esses canais com a disposição e a criatividade que essa nova cidadania cobra de nós. E enfrentar com coragem temas controvertidos, como medidas específicas para a inclusão dos negros, a assistência às mulheres para planejar o número de filhos e o momento de os ter.

O PSDB deve voltar às universidades e escolas, não só para filiar militantes, mas com vontade de aprender, participar e criar uma agenda política que não envelheça nas disputas internas pelo poder partidário. O cidadão informado, sobretudo o jovem, está interessado em questões concretas, que afetam sua vida cotidiana, não em eleições de diretórios ou disputas do poder pelo poder.

Somos pessoas afeitas ao diálogo democrático. Fazemos do diálogo permanente um instrumento de fortalecimento do PSDB e de seu enraizamento na sociedade. Sem que isso implique nos escondermos no assembleísmo para apresentar nossas opiniões como “resultantes”. Não deixemos de tomar posição e lutar por nossas posições dentro do partido,

fechando questão no Congresso, quando for o caso, ganhando ou perdendo eleições ou votações específicas.

Somos acima de tudo pessoas com coragem para lutar por aquilo em que acreditamos. O que pode nos distinguir de outros partidos não são tanto nossos ideais em si mesmos – democracia, justiça, desenvolvimento, soberania nacional. A diferença estará na clareza com que soubermos traduzir os ideais em objetivos específicos, na firmeza para perseguir esses objetivos e na decência ao escolher os meios para alcançá-los.

A luta principal dos que fundaram o PSDB foi contra o autoritarismo. Hoje nossa luta é pela melhoria das condições materiais e culturais de vida do povo brasileiro. Mas não nos esqueceremos nunca da lição da história: a democracia não é um monumento de pedra, é uma construção do espírito humano. Assim como há quem ajuda a ergue-la, sempre existe quem atue para corrompê-la ou diminuí-la, em troca de pequenas vantagens ou a pretexto de grandes causas.

A recente sucessão de escândalos levou à desmoralização da política no Brasil. Ambições futuras podem vir a golpear a democracia, como ocorre em países vizinhos onde o continuísmo de pseudo-salvadores da pátria desvirtua as regras da verdadeira representação e participação popular.

Estaremos atentos para não deixar que isso aconteça. Nós conjugamos democracia e PSDB no mesmo tempo. O tempo de um povo livre e que sabe o que quer. O futuro para o Brasil já chegou. Não abriremos mão dele. Não admitiremos retrocessos.

Somos nós que construímos o destino do Brasil. Por nossas mãos, ele saberá conjugar democracia com desenvolvimento, liberdade com justiça social, respeito à lei com realização do bem comum. Esses são os fios que enlaçam a trajetória do PSDB com a história do Brasil contemporâneo. Um passado de conquistas, um futuro de esperança e, entre eles, um presente de novos desafios a vencer!